

METODOLOGIA PARTICIPATIVA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2024.61.16048>

Submetido em: 30/5/2024

Aceito em: 19/7/2024

Paola Beatriz May Rebollar¹; Luiz Felipe Rodrigues Nogueira;²
Ademir Antonio Cazella³; Isabela Tsutiya Andrade⁴; Flavia Simão Lapa⁵

RESUMO

Este artigo empregou procedimentos metodológicos participativos de inventário e qualificação de recursos territoriais específicos em um estudo piloto no município de Paulo Lopes (Santa Catarina) a fim de embasar a construção de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST). A CBST identifica recursos e ativos que possam constituir uma oferta composta e sinérgica de produtos e serviços territoriais a partir da ação coletiva e se constitui em uma estratégia para inovação social e ambiental. As etapas metodológicas foram: i) inventário participativo dos recursos territoriais; ii) caracterização dos recursos inventariados; iii) diagnóstico dos graus de valorização e ativação dos recursos. O estudo foi realizado a partir de um projeto-piloto no município de Paulo Lopes, localizado no litoral centro sul de Santa Catarina, que possui 60% do território dentro do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, maior Unidade de Conservação do Estado, e abriga iniciativas estabelecidas e reconhecidas de produção agrícola familiar agroecológica, mas enfrenta êxodo, especialmente de jovens, em razão da atratividade das áreas urbanas do entorno. O resultado foi a definição de três ferramentas que podem ser adaptadas a diferentes condições socioeconômicas brasileiras capazes de identificar recursos territoriais passíveis de agregação de valor e que podem compor uma oferta turística de base comunitária como uma forma de trabalho não agrícola e que está baseada na organização para ação coletiva que dá espaço às mulheres, jovens e grupos étnicos com potencial para dinamizar economias periféricas e gerar oportunidades de emprego e renda de qualidade territorial.

Palavras-chave: desenvolvimento territorial sustentável; inovação social; economia criativa; agricultura familiar.

PARTICIPATORY METHODOLOGY FOR CONSTRUCTION OF A BASKET OF TERRITORIAL GOODS AND SERVICES

ABSTRACT

This article used participatory methodological procedures for the inventory and qualification of specific territorial resources in a pilot study in the municipality of Paulo Lopes in order to support the construction of a Basket of Territorial Goods and Services (CBST). The CBST identifies resources and assets that can constitute a composite and synergistic offer of territorial products and services based on collective action and constitutes a strategy for social and environmental innovation. The methodological steps were: i) participatory inventory of territorial resources; ii) characterization of inventoried resources; iii) diagnosis of the degrees of appreciation and activation of resources. The study was carried out based on a pilot project in the municipality of Paulo Lopes, located on the central south coast of Santa Catarina, which has 60% of the territory within the Serra do Tabuleiro State Park, the largest Conservation Unit in the State, and houses initiatives established and recognized agroecological family agricultural production but faces exodus, especially of young people, due to the attractiveness of the surrounding urban areas. The result was the definition of three tools that can be adapted to different Brazilian socioeconomic conditions capable of identifying territorial resources capable of adding value and that can form a community-based tourist offer as a form of non-agricultural work and which is based on organization for collective action that gives space to women, young people and ethnic groups with the potential to boost peripheral economies and generate employment opportunities and income of territorial quality.

Keywords: sustainable territorial development; social innovation; creative economy; family farming.

¹ Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis/SC, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-2402-6825>

² Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis/SC, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-7215-2981>

³ Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis/SC, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-4457-4853>

⁴ Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis/SC, Brasil. <https://orcid.org/0009-0005-9798-7618>

⁵ Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis/SC, Brasil. <https://orcid.org/0009-0006-5132-8411>

INTRODUÇÃO

Há algumas décadas, os países latino-americanos, incluindo o Brasil, vêm buscando construir políticas públicas que propiciem inclusão produtiva, especialmente das populações mais vulneráveis, como os agricultores familiares. Diferentes políticas públicas foram criadas e aplicadas nos espaços rurais com o propósito de reduzir a pobreza. Apesar dos resultados positivos, como a saída do Brasil do mapa da pobreza, o processo de exclusão produtiva ainda está em curso, uma vez que mais de 1 milhão de postos de trabalho foram perdidos no Brasil rural nos últimos 20 anos. Diferentes pesquisas acadêmicas vêm buscando estratégias para ampliar as possibilidades de trabalho e renda em territórios vulneráveis. Uma destas estratégias é conhecida como a Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST). O desenvolvimento socioeconômico de zonas rurais nas quais predomina a agricultura familiar no contexto da economia de mercado constitui um problema de difícil resolução, especialmente pela dificuldade de acessar mercados competitivos em virtude da sazonalidade e menor escala de produção. Quando as famílias produzem produtos genéricos ou padronizados, ficam submetidas à definição de preços pelo próprio mercado. Se o rendimento gerado é inferior ao preço do trabalho em uma outra atividade econômica ocorre o êxodo, em especial de jovens e mulheres, comprometendo a continuidade desta atividade e de seu complexo cultural diferenciado. Mobilizar atributos ambientais, paisagísticos, históricos e culturais associados a sistemas agroalimentares territoriais e ao turismo rural, por meio da governança territorial de atores públicos, associativos e privados, pode gerar uma renda de qualidade territorial que permita a continuidade da agricultura familiar. Trata-se de reduzir a pobreza por meio de práticas rurais sustentáveis e com trabalho decente, que promova o consumo e a produção responsáveis por meio da identificação de recursos e ativos com potencial para constituir uma oferta composta e sinérgica de produtos e serviços territoriais. Nesse sentido, a instituição de projetos de criação de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais é considerada uma inovação social, cuja renda agregada é apropriada por diversos segmentos produtivos ou prestadores de serviços, promovendo melhorias de indicadores de sustentabilidade e de desenvolvimento dos territórios rurais.

Todo projeto de desenvolvimento visa a identificar os recursos presentes localmente a fim de valorizá-los ao máximo. Esta proposta inova quando insere o adjetivo “territorial” à definição de recursos, o que renova profundamente as estratégias de desenvolvimento, uma vez que implica deixar o controle dos recursos econômicos sob a responsabilidade da sociedade local a partir da lógica da especificidade e da diferenciação, e não da competitividade. A noção de recurso territorial pressupõe definir estratégias de atratividade de pessoas para o território e de especificidade, identificando elementos socioeconômicos, históricos e geográficos do território com potencial para propiciar uma coprodução original. Nessa perspectiva, geografia e história são os elementos capazes de ativar os bens e serviços locais e coordenar sua oferta, constituindo uma CBST capaz de gerar uma renda de qualidade territorial para diferentes atores e iniciativas associativas presentes e engajadas no território.

O enfoque teórico-metodológico proposto representa uma formulação de natureza interdisciplinar, que contempla as perspectivas da intersectorialidade socioeconômica, sustentabilidade e dimensão multiescalar dos processos de desenvolvimento territorial. O aprofundamento e adaptação do enfoque teórico-metodológico da CBST para a realidade socioeconômica de territórios rurais brasileiros evidenciam o desafio da construção de sistemas de governança

territorial, que agreguem atores territoriais de distintas categorias sociopolíticas e produtivas. A adaptação do referencial da CBST ao contexto socioeconômico brasileiro e, em específico, para as realidades distintas de Santa Catarina, sua articulação com enfoques teóricos complementares, como os do turismo rural de base comunitária, marcas coletivas, sistema de governança e mercados territoriais, se justifica pela necessidade de identificar possibilidades estratégicas específicas de desenvolvimento para distintas regiões do país.

O objetivo deste artigo consiste em empregar procedimentos metodológicos participativos de inventário e qualificação de recursos territoriais específicos em um estudo-piloto no município de Paulo Lopes, localizado no litoral centro sul de Santa Catarina, ao longo do ano de 2023. O município faz parte da Grande Florianópolis e está localizado na borda do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, que é a maior unidade de conservação estadual e abriga importantes recursos hídricos e da fauna e flora endêmicas. No meio rural, o município tem uma marcada presença de unidades agrícolas familiares e em específica presença de comunidades quilombolas. Apresenta iniciativas estabelecidas e reconhecidas de produção agrícola familiar agroecológica, mas enfrenta êxodo, especialmente de jovens, em razão da atratividade das áreas urbanas do entorno.

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL NO BRASIL

Nos cerca de 40 anos de formulações teóricas e experimentações práticas, o enfoque do desenvolvimento territorial sustentável não deixou de ocupar as agendas de governos de diversos países e de agências internacionais de apoio a ações de desenvolvimento (Roma, 2019). Essa abordagem teve maior adesão nas discussões sobre a construção de novas formas de impulsionar o desenvolvimento nos espaços rurais (Favareto *et al.*, 2015; Kato; Delgado; Romano, 2022).

Além da compreensão básica de que desenvolvimento não é sinônimo de crescimento econômico, o desenvolvimento territorial sustentável diferencia-se de outras concepções pela relevância dada à participação social e iniciativas cooperadas de atores territoriais. Para tanto, a mediação de conflitos e a construção de coalizões sociopolíticas plurais são pressupostos para propiciar a inclusão socioambiental e a valorização de recursos territoriais específicos (Capellesso *et al.*, 2022; Hirczak; Janin; Lapostolle, 2022; Veiga, 2010). À ação pública em espaços geográficos de menor escala tem-se a configuração de redes de atores que compartilham de uma proximidade geográfica e buscam resolver problemas comuns (Glon; Pecqueur, 2006). A construção de arranjos de governança de multiatores, que logram ofertar uma cesta de produtos e serviços heterogêneos, gera uma renda de qualidade territorial (Cazella *et al.*, 2020; Hirczak *et al.*, 2008). A esse ideário econômico, essencial para promover desenvolvimento, somam-se, em pé de igualdade, as dimensões sociais, políticas e ecológicas.

A busca de soluções que contribuam para a inserção socioeconômica e ecológica de regiões rurais marginalizadas ou periféricas, transformou diversos territórios rurais em verdadeiros laboratórios geradores de novidades sociotécnicas e político-organizacionais (Favareto *et al.*, 2015; Favareto; Favarão; Vahdat, 2023; Kato; Delgado; Romano, 2022).

No Brasil, a abertura política e a Constituição de 1988 impulsionaram diversas ações, denominadas na época de desenvolvimento local, tendo por foco a escala municipal. Diversos

conselhos municipais tiveram origem nesse período e se transformaram em pré-requisitos para acessar determinadas políticas públicas. A partir do início dos anos 2000 percebeu-se os limites dessa orientação, sobretudo para municípios com características rurais. Não por acaso foi por iniciativa do então Ministério do Desenvolvimento Agrário que se criou o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat), também conhecido como Territórios Rurais de Identidade. Essa iniciativa representou uma inovação no sentido de fomentar parcerias intermunicipais para a concepção de projetos compartilhados de desenvolvimento territorial sustentável (MDA, 2005; Perafán *et al.*, 2018).

Entre 2003 e 2016 a SDT/MDA coordenou a execução, em um primeiro momento, do Pronat e, a partir de 2008, também, do Programa Territórios da Cidadania (PTC), culminando na composição de 243 Territórios Rurais (Perafán *et al.*, 2018). Naquela oportunidade buscou-se valorizar a sinergia entre grupos sociais desfavorecidos e reconhecer as dificuldades particulares do rural brasileiro, em consonância com as políticas de apoio à agricultura familiar, segurança alimentar e reforma agrária. A seleção dos territórios deu-se por critérios cumulativos: i) conjunto de municípios com até 50 mil habitantes; ii) conjunto de municípios com densidade populacional menor que 80 habitantes/km²; iii) maior concentração de famílias de agricultores, assentadas pela reforma agrária e beneficiárias do reordenamento agrário (Brasil, 2008). A definição de território adotada foi a seguinte:

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (MDA, 2005, p. 7).

Do total de 5.570 municípios brasileiros existentes em 2022, 88,2% têm menos de 50 mil habitantes e neles residem 31,5% da população brasileira (IBGE, 2022). A agricultura familiar, responsável pela produção da maior parte dos alimentos consumidos pelos brasileiros, encontra-se, na sua maioria, nesses municípios com características rurais, os quais cumprem, também, o estratégico papel de abrigar e gerir os principais ecossistemas e estoques de biodiversidade socioambiental do país (Favareto; Favareto; Vahdat, 2023).

A política de desenvolvimento territorial sustentável conduzida pela então SFDT/MDA permitiu a aprendizagem por parte das organizações da sociedade civil e dos gestores públicos acerca dos processos sociais de negociação e de construção de projetos de desenvolvimento territorial sustentável, além de conferir transparência e eficiência na gestão do programa (Perafán *et al.*, 2018).

Com o lançamento, em 2008, a ideia central consistiu em envolver outros Ministérios e órgãos públicos federais na introdução da política de desenvolvimento territorial sustentável, priorizando territórios com carências de acesso a serviços públicos básicos, com baixos índices de desenvolvimento socioeconômico e profundas desigualdades sociais. A premissa por trás desse esforço consistiu em explorar o potencial do enfoque territorial no combate à pobreza, considerando seus efeitos positivos em termos de aumento da capacidade de cooperação entre atores (capital social e produção de inovações), de sua participação política na construção de soluções para o desenvolvimento rural e na concertação estratégica de políticas públicas diversas no âmbito dos territórios. A ênfase recaiu sobre a integração de políticas públicas

orientadas para fomentar a inclusão produtiva das populações pobres dos territórios rurais, a partir da participação social e universalização de programas sociais (Perafán *et al.*, 2018). Os processos democráticos de planejamento dos territórios colaboraram para a emergência de novas lideranças populares e a elaboração de projetos participativos e inovadores de desenvolvimento territorial sustentável.

A partir de 2016 ocorreu a paralisação do Pronat e PTC (Tecchio; Cazella, 2021), que só foram retomados em 2023 com a recriação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e da Secretaria de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental (SFDT). Entre as diretrizes do processo de retomada da política de desenvolvimento territorial encontra-se a formação contínua e processual de atores territoriais de forma a ampliar a articulação e monitoramento de políticas públicas na escala territorial. Além disso, a concepção de projetos coletivos, com apoio de universidades e institutos federais interioranos, representa uma nova oportunidade para ações cooperadas que valorizem recursos territoriais específicos, conforme apresentado em 2024 no Seminário Nacional de Desenvolvimento Territorial. Nesse sentido, o enfoque teórico-metodológico da Cesta de Bens e Serviços Territoriais reúne elementos considerados basilares para orientar iniciativas de pesquisa-ação (Cazella; Dorigon; Pecquer, 2022).

A CONCEPÇÃO DA CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS

O referencial teórico-metodológico da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) articula o estilo de desenvolvimento territorial sustentável mencionado anteriormente à valorização de recursos e ativos territoriais específicos. Formulado nos anos 90, a partir de pesquisas empíricas realizadas no sul da França, os estudos pioneiros de Pecqueur (2001) e Mollard (2001) tiveram o propósito de identificar e organizar recursos tangíveis juntamente com sua cultura e história, de forma diferenciada do sistema hegemônico de crescimento econômico (Cazella *et al.*, 2020; Hirczak *et al.*, 2008).

Outro conceito fruto do encontro entre uma oferta complementar de produtos ou serviços de qualidade e uma forte procura de bens específicos típicos do território é a Renda de Qualidade Territorial (RQT) (Hirczak *et al.*, 2008; Mollard; Pecqueur; Lacroix, 2001). Essa renda representa um excedente em relação à remuneração dos custos de produção, como salários, insumos e materiais, que agrega valor de mercado adicional ao produto ou serviço. A RQT pode ser uma forma de incorporação das externalidades positivas do território, como paisagem, patrimônios diversos, biodiversidade, nos preços de produtos e serviços ofertados (Campagne; Pecqueur, 2014).

Uma forma de fomento dessa valorização e do reconhecimento de produtos e serviços de qualidade do território, bem como da geração de uma RQT, é o fortalecimento do sistema de governança territorial (Turnes *et al.*, 2022). Considerado, também, como um dos pontos-chave do enfoque da CBST, o sistema de governança territorial é o resultado de um processo de ação e cooperação entre diferentes atores públicos, privados e associativos (Leloup; Moyart; Pecqueur, 2005).

De maneira geral, a Cesta de Bens e Serviços Territoriais possibilita vislumbrar reflexões e alternativas para as áreas rurais excluídas de iniciativas econômicas voltadas para as *commodities* e as dinâmicas da globalização. Esse enfoque pode ser definido como uma composição de

produtos e serviços, públicos e privados, provenientes de diferentes produtores e prestadores de serviços de um dado território, que conseguiram organizar uma oferta articulada. Além disso, também compõem a Cesta as externalidades positivas ambientais, sociais e históricas, como paisagem, biodiversidade, patrimônio, saber fazer, etc. Essa combinação entrega ao consumidor não apenas a especificidade de um produto ou serviço isolado, mas uma combinação específica do território (Capellesso *et al.*, 2022; Hirczak; Pecqueur; Mollard, 2004; Pecqueur, 2001).

No Brasil, 90% dos municípios têm características rurais muito marcantes e neles vivem cerca de um terço da população brasileira (IBGE, 2022). Além disso, 45% da população brasileira encontra-se em áreas não metropolitanas (Favareto, 2020), as quais apresentam uma heterogeneidade sociobiocultural, além de diferentes restrições estruturais (Favareto; Favarão; Vahdat, 2023). Nesses espaços diversos muitas famílias encontram-se excluídas do sistema alimentar hegemônico e em situação de vulnerabilidade social (Trivellato *et al.*, 2019). Somado a isso, o país apresenta uma expressiva desigualdade social, com persistência da fome e da má nutrição (FAO, 2022).

Entre os desafios mencionados na literatura sobre o tema destaca-se a dificuldade de integrar segmentos sociais empobrecidos nas redes sociotécnicas, o impacto da variação e aumento dos preços de produtos de qualidade superior, a disputa e coabitação de projetos ligados ao agronegócio, o desafio de se operacionalizar um sistema de governança territorial fortalecido e a formação e capacitação de atores sociais acerca do desenvolvimento territorial sustentável (Cazella *et al.*, 2020).

Considerando o contexto brasileiro e os aspectos desafiadores, faz-se necessária a formação e atuação de atores-chave de forma a permitir o diálogo entre atores territoriais e pesquisadores, buscando solucionar problemas de forma colaborativa. Nesse sentido, as instituições de ensino que atuam com pesquisa, ensino e extensão apresentam-se como atores importantes nos processos de desenvolvimento territorial sustentável. Esta proposta pode ser potencializada por meio da utilização de metodologias participativas, que fomentem os processos de governança, formação, conscientização e participação de atores.

ADAPTANDO O GUIA METODOLÓGICO PARA A REALIDADE BRASILEIRA

Para desenvolver ferramentas e estratégias para construção coletiva de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais foram empregadas três etapas, a saber:

- I. Definição de estratégias para inventariar os recursos existentes no território de forma participativa.
- II. Caracterização dos recursos inventariados no que se refere ao sistema de produção e comercialização, bem como quanto a suas características culturais.
- III. Diagnóstico dos graus de valorização dos recursos inventariados.

A construção de uma metodologia para constituição de Cestas de Bens e Serviços Territoriais inspira-se no Guia Metodológico francês sistematizado por Janin e Perron, publicado em 2014 na França e traduzido para português em 2020. Apesar de compartilhar do mesmo enfoque teórico-metodológico, o guia francês apresenta ferramentas e estratégias ajustadas à realidade territorial francesa que é distinta da brasileira em vários aspectos, como acesso à educação básica, mercados, sistemas de organização social, participação política, etc. Em virtude destas

diferenças não é possível aplicar da mesma forma as ferramentas da versão francesa do guia diretamente nos territórios brasileiros.

Na primeira etapa propõe-se testar ferramentas que permitam o diálogo coletivo, multiatores sobre os recursos naturais, culturais e econômicos existentes nos territórios. Aproximadamente 50 imagens previamente obtidas pela equipe de pesquisa, representando bens e serviços existentes no território foram apresentadas a um coletivo de atores sociais que representavam instituições locais (prefeitura, órgão de assistência técnica e extensão rural, câmara de comerciantes, escolas), coletividades (artesãos, agricultores, quilombolas) e indivíduos interessados no desenvolvimento local.

Os recursos apontados pelos atores na primeira etapa seguem para a segunda etapa, na qual serão descritos coletivamente no que se refere a sua singularidade que pode estar relacionada à paisagem e/ou história cultural local, à sua forma de produção diferenciada ou à sua forma de comercialização ou oferta. Busca-se nesta etapa entender o que os recursos têm que podem torná-los atrativos e singulares, bem como dar início ao debate sobre as ações necessárias para valorizá-los.

Na terceira etapa o coletivo de atores participa da construção de uma matriz de valorização dos recursos na qual se expõe um diagnóstico do estado atual de ativação dos bens e serviços existentes no território, selecionados e descritos nas etapas anteriores. Esta matriz apresenta a vantagem de ser facilmente compreendida por diferentes públicos e demonstra ao coletivo a direção das ações a serem tomadas para ativar os recursos. A ideia é debater como a coletividade deseja que os recursos sejam valorizados e se tornem ativos territoriais. Quando o recurso situa-se no canto inferior direito da matriz, este passa a apresentar o nível máximo de atratividade e singularidade, sendo capaz de mobilizar pessoas para o território.

A CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS DE PAULO LOPES

Ao longo de vários meses a equipe participou de nove eventos públicos apresentando e discutindo os inventários de bens e serviços territoriais para diferentes grupos de pessoas do território, empregando uma adaptação da ferramenta fotolinguagem indicada por Janin e Perron (2020). A partir da análise de imagens os participantes construíram hierarquias entre os bens e serviços locais, justificando suas escolhas.

Os recursos hierarquizados foram agrupados em categorias: Serviços de Paisagem, Festas e Eventos, Produtos Culturais, Serviços de Hospedagem, Produtos Agrícolas ou Agroindustriais e Serviços de Alimentação. A primeira categoria, Serviços de Paisagem, foi indicada como a mais importante pelos participantes. Como já mencionado, a região na qual está situado o município de Paulo Lopes sofre forte influência do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Sua criação na década de 70 tornou ilegais diferentes atividades produtivas, como a exploração madeireira e a produção de fumo. Apesar da instituição oficial do Parque, muitos proprietários não foram indenizados e permanecem em seus estabelecimentos sem, no entanto, poderem desenvolver atividades produtivas legais. Mesmo com este conflito, que afeta principalmente famílias de agricultores, o Parque promoveu a recuperação florestal em áreas extensas do município, propiciando a conservação de mananciais hídricos e paisagens únicas. Esta pode ser

uma explicação para a grande relevância indicada pela população local para esta categoria de recursos territoriais.

O município está situado na região de influência de Florianópolis e possui fácil acesso à região da capital de Santa Catarina, que exerce atratividade no que se refere, principalmente, ao lazer e diversão, educação, saúde, comércio e emprego. Diante disso, ao longo dos anos as atividades agrícolas do município foram sofrendo modificações. Atualmente predomina a bovinocultura de corte, atividade com baixa demanda de mão de obra, que pode ser conciliada com outras atividades laborais, o que explica a relevância da pluriatividade agrícola no território.

Segundo Figueiró, Vieira e Cunha (2013), em territórios que apresentam abundância de recursos relacionados a fatores geográficos, o uso das terras para a ocupação econômica tradicional pela agricultura e/ou pecuária em grandes extensões torna-se desvantajosa, o que favorece o empobrecimento econômico e uma diminuição da população do território. A visão desses atores vai ao encontro do que é observado no estudo de Brito (2021), destacando que, atualmente, o turismo rural pode ser uma estratégia alternativa para o desenvolvimento territorial, por meio da oferta de caminhadas, banhos de cachoeira, entre outras atividades saudáveis. Para isso, a paisagem torna-se o principal componente desse tipo de turismo. Uma tendência já apontada no estudo de Figueiró, Vieira e Cunha (2013) é que o turista objetiva conhecer a cultura do povo local, suas histórias e memórias, vivenciar seu cotidiano, conhecer a gastronomia, artes, práticas e saberes-fazeres.

O turismo relacionado à paisagem necessita, para sua concepção, dos demais serviços do território, como a alimentação e hospedagem, e quando se une aos produtos culturais, agrícolas ou agroindustriais, além das festas e eventos, o processo de especificação torna-se mais efetivo, logo, observa-se que o turismo, mesmo focado em paisagem, tem força para intensificar o desenvolvimento econômico do território. Nesse sentido, o potencial do turismo em Paulo Lopes vai ao encontro do enfoque teórico-metodológico da Cesta de Bens e Serviços Territoriais.

Capellesso *et al.* (2022) observaram uma situação semelhante no município de Anchieta, localizado no extremo oeste do Estado de Santa Catarina, por também apresentar uma paisagem ímpar, atrelada a produções agrícolas familiares com seus saberes e tradições individuais, tornando o território único. Nesse estudo os pesquisadores adotam o enfoque da CBST para discutir o papel indutor do desenvolvimento territorial sustentável deflagrado pela iniciativa de conservação de sementes de milho crioulas. Essa atividade pioneira induziu outras ações ligadas ao turismo rural e produtos típicos transformados em agroindústrias familiares.

Após a etapa de inventário foram realizadas oficinas para a caracterização destes recursos territoriais. Nas oficinas foram empregados os gráficos radar para cada categoria de bens e serviços apontados. As perguntas geradoras utilizadas foram: “O que relacionamos com este recurso? O que é que para nós tem valor e está associado a ele?” A seguir, o Quadro 1 mostra uma síntese desta caracterização coletiva.

Quadro 1 – Quais recursos específicos para um posicionamento turístico de Paulo Lopes?

Paisagens Típicas	<ul style="list-style-type: none"> • História • Individualidade • Diversidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Ponta do Faísca • Lagoa do Ribeirão • Túnel com Cruz • Engenhos de Farinha • Quilombo 	<ul style="list-style-type: none"> • Trilhas a cavalo, a pé e com motos • Turismo • Criação de camarões 	<p>“Acompanhar a lida com cavalos”</p> <p>“Raízes da Cidade”</p>
Espaços Naturais	<ul style="list-style-type: none"> • Pôr do sol • Beleza natural 	<ul style="list-style-type: none"> • Cachoeira • Cascata • Praia • Parque da Serra do Tabuleiro 	<ul style="list-style-type: none"> • Surfar • Acampar • Pousadas • Turismo • Mirante • Canoagem 	<p>“Contato com a natureza”</p> <p>“A Serra do Tabuleiro é a maior riqueza do município”</p>
Território de Diversidade	<ul style="list-style-type: none"> • Alimentos de qualidade • Ponto de referência • Entretenimento 	<ul style="list-style-type: none"> • Chopp Artesanal • Plantações Orgânicas • Fruticultura • Engenho Lanches • Festividades • “Queijo com Sotaque” • Pecuária 	<ul style="list-style-type: none"> • Bailes • Cultura quilombola, açoriana e indígena 	<p>“Agropolo, o Marco Econômico e Cultural”</p> <p>“Conhecer a plantação de diferentes alimentos”</p> <p>“Vivenciar o campo”</p> <p>“Comércio Abundante”</p>

Fonte: Adaptado de Janin e Perron (2020).

A partir da caracterização foi possível dar início ao processo de diagnóstico dos graus de valorização e ativação dos recursos locais. Diferentes categorias de recursos foram descritas de forma genérica e apontaram mecanismos que não promovem o desenvolvimento territorial sustentável. Este é o caso dos serviços de alimentação. Apesar de o território possuir uma gastronomia característica da colonização açoriana com uso de frutos do mar e uma farinha de mandioca típica (inclusive com potencial para indicação geográfica), estas especificidades locais não são valorizadas pelos serviços de alimentação, que oferecem apenas produtos genéricos. Esta situação, contudo, é passível de mudança a partir da definição de estratégias de valorização dos produtos territoriais. Quando um grupo de produtos e serviços iniciais com características diferentes é combinado, pode ajudar a usar melhor os recursos, encontrar e ativar outros, além de promover um espaço contínuo de inovação (Capellesso *et al.*, 2022).

A terceira etapa do processo de construção de uma CBST implica a elaboração de uma matriz de diagnóstico do estágio atual de valorização e ativação dos recursos territoriais (Quadro 2).

Quadro 2 – Matriz de diagnóstico do estágio dos recursos territoriais em Paulo Lopes em 2023

	Produção genérica	Produção diferenciada (orgânico, selo arte, marca coletiva)	Produção diferenciada e relacionada ao território (IG, marca coletiva territorial)	Produção diferenciada fortemente atrelada aos elementos simbólicos, culturais e paisagísticos do território (patrimonialização)
Mercado genérico		Serviços de Hospedagem		
Mercado proximidade		Produtos Agrícolas ou Agroindustriais	Serviços de Alimentação	
Mercado territorial		Festas e Eventos		Serviços de Paisagem Produtos Culturais

Fonte: Adaptado de Janin e Perron, 2020

A finalidade desta matriz é sistematizar o resultado do trabalho coletivo subsidiando a tomada de decisão futura quanto aos objetivos e às estratégias selecionadas para a elaboração do projeto de desenvolvimento territorial. Os recursos dispostos neste quadro não são estáticos, podendo estar sempre em transformação. Um recurso considerado genérico no diagnóstico inicial pode, por meio de algumas ações, tornar-se específico. Ou, ao contrário, um recurso inicialmente específico, se não trabalhado no sentido de manter continuamente sua especificidade, pode ser desativado ou posteriormente classificado como genérico. Também é importante ressaltar que os bens e serviços, sejam genéricos ou específicos, devem sempre buscar pela qualidade, fidelizando consumidores que vão ao território, mas também os que residem no local, garantindo o compartilhamento das experiências com amigos e familiares, girando a economia e desenvolvendo o território. Apesar do enfoque da CBST primar pela especificação dos recursos, a construção de uma oferta de bens e serviços que contenha, também, recursos genéricos, torna a comercialização mais variada e completa.

A introdução da Cesta de Bens e Serviços no Território de Paulo Lopes auxiliará na diminuição dos custos dos produtos e serviços e o fortalecimento de canais de comercialização dos mercados de proximidade e territorial e a construção de interações e formas cooperadas entre os produtores que fazem parte da Cesta, com o objetivo de garantir que a renda de qualidade territorial gerada beneficie um conjunto de produtores e prestadores de serviços, propiciando melhorias na qualidade de vida. Ou seja, trata-se da formação de uma imagem territorial positiva, cuja qualidade depende da colaboração entre atores privados e públicos, que combinam seus esforços e recursos para melhorar a qualidade dos produtos e serviços do território (Pecqueur, 2001).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo propõe-se a qualificar estratégias para a elaboração de projetos de desenvolvimento que se diferenciam de formas convencionais orientadas pela economia de escala e competitividade das atividades agropecuárias ao enfatizar práticas produtivas e concepções de

identidade territorial que permitem construir mercados para produtos e serviços singulares, gerando alimentos de qualidade, empregos, ocupações e renda, além de promover a sustentabilidade ambiental e respeitar os traços culturais locais.

Ao considerar o Desenvolvimento Territorial Sustentável a partir de uma ideia de CBST, entende-se que esta construção tem início com um inventário criativo de recursos e ativos de um determinado espaço geográfico. Ao se identificar bens e serviços reconhecidos pela população local, estes darão base para a construção de uma imagem específica associada ao território. A valorização de elementos pode passar pela priorização dos mercados locais, nos quais os consumidores reconhecem mais facilmente as qualidades inerentes aos recursos territoriais. Pode-se também aprimorar a oferta dos produtos por meio de certificações ou mesmo de estratégias de *marketing* que destacam formas de produção diferenciadas (saberes-fazeres tradicionais, agroecologia, etc).

Neste estudo procurou-se testar a campo ferramentas capazes de elaborar o inventário criativo de bens e serviços territoriais de forma participativa, mobilizando atores territoriais de distintas categorias socioprofissionais e, de forma específica, jovens que ainda se encontram em fase de formação, que podem ou não permanecer e atuar no território. Os atores do território estão divididos entre privados e públicos. Os atores privados são responsáveis por ofertar produtos e serviços de qualidade que, apesar de privados, não devem ser considerados como ação individual isolada, pois podem ser favorecidos pelas ações sinérgicas com os demais atores. Já os atores públicos contribuem para a construção de serviços coletivos e um cenário que valoriza os bens intangíveis, como os elementos culturais e paisagísticos, muitas vezes responsáveis pela singularidade dos produtos territoriais. Estes atores também têm um papel relevante na estruturação do mercado territorial no qual atuam os empreendimentos privados.

A adoção do enfoque da CBST como uma estratégia para o desenvolvimento territorial sustentável permite que cada território identifique e eleja um conjunto de bens e serviços capazes de favorecer a transição ecológica e a inclusão produtiva. Isso é importante na medida em que, se não houver estratégias dirigidas para associar a transição ecológica com a inclusão no desenvolvimento de um território, as oportunidades criativas e diferenciadas serão aproveitadas apenas por atores econômicos de maior porte.

Nesse sentido, os componentes da CBST evidenciam-se como uma alternativa teórico-metodológica para promover transições sustentáveis embasadas no fortalecimento das identidades territoriais, cooperação, solidariedade, na (re)valorização de atributos intangíveis de produtos e serviços e nos ideais da sustentabilidade. As ferramentas apontadas neste estudo permitem a construção de um inventário criativo pelos atores territoriais que apresenta informações relevantes para um diagnóstico do estágio atual de ativação dos recursos. Esse tipo de inventário serve de base para as tomadas de decisão na elaboração de um plano de ação para o desenvolvimento territorial sustentável. A continuidade deste tipo de estudo implica definir a estrutura de um plano de ação coletivo e na estruturação de estratégias de capacitação para aquisição de competências para a ação coletiva.

AGRADECIMENTOS

A elaboração deste artigo contou com o apoio dos seguintes projetos de pesquisa: 1) Inovação e transição sustentável: Cesta de bens e serviços em territórios amazônicos, Edital de chamada pública Confap nº 003/2022, Programa de apoio a projetos de pesquisa Iniciativa Amazônia +10, que conta com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc); 2) Desenvolvimento territorial sustentável: a Cesta de bens e serviços, mercados e marcas territoriais, Edital de bolsa de produtividade em pesquisa CNPq – PQ 2022.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. 1988.
- BRASIL. *Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA)*. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. 21 jan. 2023.
- BRITO, Daniele da Costa. *Paisagem e turismo: contemplação, percepções e consumo no município de Tutoia-MA*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo) – Faculdade de Turismo, Universidade Federal do Maranhão. Maranhão, 35 pg. 2021.
- CAMPAGNE, Pierre; PECQUEUR, Bernard. *Le développement territorial: une réponse émergente à la mondialisation*. Paris: C. L. Mayer, 2014.
- CAPELLESSO, Adinor José *et al.* Identificação e ativação de recursos pelos atores: as sementes de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais em Anchieta (SC). *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 42, n. 1, p. 205-223, 2022.
- CAZELLA, Ademir Antonio. *O enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais: modelo de análise do Desenvolvimento Territorial Sustentável*. 2018. Projeto MCTIC/CNPq em Agroecossistemas – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.
- CAZELLA, Ademir Antonio *et al.* O enfoque da “Cesta de bens e serviços territoriais”: seus fundamentos teóricos e aplicação no Brasil. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 16, n. 3, p. 193-206, 2020.
- CAZELLA, A. A.; DORIGON, C.; PECQUEUR, B. Da economia de escala à especificação de recursos territoriais: introdução ao dossiê “Desenvolvimento Rural e a Cesta de Bens e Serviços Territoriais”. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 42, n. 1, p. 1-21, 2022.
- FAO. Food and Agriculture Organization. *The state of food security and nutrition in the world 2022: Repurposing food and agricultural policies to make healthy diets more affordable*. [S. l.], 2022.
- FAVARETO, Arilson. A situação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável no Brasil rural e interiorano e alguns caminhos para uma nova geração de políticas públicas. *Cadernos Enap*, v. 112, 2020. (Coleção: Cátedras 2018).
- FAVARETO, Arilson *et al.* Territórios importam – bases conceituais para uma abordagem relacional do desenvolvimento das regiões rurais ou interioranas no Brasil. *Revista em Gestão, Inovação e Sustentabilidade*, n. 1, 2015. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/regist/article/view/17172>. Acesso em: 29 abr. 2023.
- FAVARETO, Arilson; FAVARÃO, Cesar; VAHDAT, C. 100 territórios de inclusão e sustentabilidade – para uma estratégia renovada de inclusão produtiva no Brasil rural e interiorano. *Policy Brief*, n. 4, 2023.
- FIGUEIRÓ, A. S.; VIEIRA, A.; CUNHA, L. Patrimônio geomorfológico e paisagem como base para o geoturismo e o desenvolvimento local sustentável. *CLIMEP – Climatologia e Estudos da Paisagem*, v. 8 (1-2), 2013, 1-24.
- GLON, Eric; PECQUEUR, Bernard. Développement et territoires : une question d’environnement et de ressources territoriales? *Territoire En Mouvement Revue de Géographie Et Aménagement*, n. 1, p. 13-22, 2006.
- HIRCZAK, Maud *et al.* Le modèle du panier de biens: Grille d’analyse et observations de terrain. *Économie Rurale*, n. 308, p. 55-70, 2008.
- HIRCZAK, Maud; JANIN, Claude; LAPOSTOLLE, Dany. Cesta de Bens e Serviços territoriais face à transição: o papel da inteligência coletiva na construção da qualidade territorial. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 42, n. 1, p. 22-40, 2022.

- HIRCZAK, Maud; PECQUEUR, Bernard; MOLLARD, Amédée. Le panier de biens et de services de qualité: vers un modèle de développement territorial durable? *Montagnes Méditerranéennes*, p. 35-42, 2004.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico IBGE*. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2022.
- JANIN, C.; PERRON, L. *Valorizar os recursos territoriais: chaves para a ação – Guia metodológico*. Florianópolis: Epagri, 2020.
- KATO, Karina Yoshie Martins; DELGADO, Nelson Giordano; ROMANO, Jorge Osvaldo. Territorial Approach and Rural Development Challenges: Governance, State and Territorial Markets. *Sustainability*, v. 14, n. 12, p. 7.105, 2022.
- LACROIX, A.; MOLLARD, Amédée; PECQUEUR, Bernard. Politiques de développement local et rente de qualité territoriale des produits alimentaires. *Journées internationales de la recherche pour la gestion des territoires ruraux sensibles*, 1998.
- LELOUP, Fabienne; MOYART, Laurence; PECQUEUR, Bernard. La gouvernance territoriale comme nouveau mode de coordination territoriale? *Géographie, Économie, Société*, v. 7, n. 4, p. 321-331, 2005.
- MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais*, 2005.
- MOLLARD, Amédée. Qualité et développement territorial: une grille d'analyse théorique à partir de la rente. *Économie Rurale*, v. 263, n. 1, p. 16-34, 2001.
- MOLLARD, A.; PECQUEUR, Bernard; LACROIX, A. J. A meeting between quality and territorialism: the rent theory reviewed in the context of territorial development, with reference to French examples. *International Journal of Sustainable Development (IJSJ)*, v. 4, n. 4, p. 368-391, 2001.
- PECQUEUR, Bernard. Qualité et développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et de services territorialisés. *Économie Rurale*, v. 261, n. 1, p. 37-49, 2001.
- PERAFÁN, Mireya Eugenia Valencia et al. A difusão de políticas brasileiras para a agricultura familiar na América Latina e Caribe. *Mundos Plurales – Revista Latinoamericana de Políticas y Acción Pública*, v. 5, n. 2, 2018. Disponível em: <https://revistas.flacsoandes.edu.ec/mundosplurales/article/view/3623>. Acesso em: 1º maio 2024.
- ROMA, Júlio César. Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável. *Ciência e Cultura*, v. 71, n. 1, p. 33-39, 2019.
- TECCHIO, Andréia; CAZELLA, Ademir Antonio. Territorialização da ação pública no Meio Oeste Contestado: uma ferramenta para o enfrentamento da pobreza? *Revista Grifos*, v. 30, n. 53, p. 7-29, 2021.
- TRIVELLATO, Paula Torres et al. Insegurança alimentar e nutricional em famílias do meio rural brasileiro: revisão sistemática. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 24, n. 3, p. 865-874, 2019.
- TURNES, Valerio et al. Monitoramento de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais: a construção de um painel de indicadores. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 42, n. 1, p. 224-240, 2022.
- VEIGA, José Eli da. *Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor*. São Paulo: Senac, 2010.

Autor correspondente

Paola Beatriz May Rebollar
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
R. Eng. Agrônomo Andrei Cristian Ferreira, s/n – Trindade, CEP 88040-900
Florianópolis/SC, Brasil
paola.rebollar@ufsc.br

Este é um artigo de acesso aberto distribuído
sob os termos da licença Creative Commons.

